



A dor gera compreensão: a Guerra Justa e as Cruzadas
Pain generates understanding: Fair War and Crusades
El dolor genera entendimiento: la Guerra Justa y las Cruzadas
El dolor cria la comprensió: la Guerra Justa i les Croades

Luiz Augusto Rocha do NASCIMENTO¹

Resumo: As Cruzadas não foram mais um conflito dentro da história das guerras. Elas foram um choque entre duas visões de mundo: o Cristianismo e o Islã. O início das Cruzadas, diferente de outras guerras, teve uma fundamentação nos princípios da guerra justa. Este trabalho fez um breve resumo das origens da guerra justa e do Islã. Depois, mostrou que a Igreja de Roma aplica esses princípios em alguns casos. Um desses casos foram as Cruzadas.

Abstract: The Crusades were no longer a conflict within the history of wars. They were a clash between two worldviews: Christianity and Islam. The beginning of the Crusades, unlike other wars, was based on the principles of just war. This work gave a summary of the origins of just war and Islam. Then he showed that the Church of Rome applies these principles in some cases. One such case was the Crusades.

Palavras-chave: Cristianismo – Islã – Cruzadas – Guerra Justa.

Keywords: Christianity – Islam – Crusades – Just War.

ENVIADO: 30.04.2020
ACEPTADO: 12.05.2020

¹ Graduado em Ciências Militares (AMAN), Bacharel em Arquivologia (UnB), Licenciado em História (UNIPAR), Mestre em Ciências Militares (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro), professor do Colégio Militar de Brasília e da Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: prof.luau@gmail.com.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30 (2020/1)*
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

As lições aprendidas na dor jamais serão esquecidas,
pois só a dor gera a compreensão.²

Introdução

A frase em epígrafe, que serve de inspiração ao presente trabalho, é de autoria do poeta brasileiro Paulo Lima Mello e foi popularizada na Marinha do Brasil pelo seu Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais. Este Batalhão possui a denominação histórica de *Batalhão Tonelero*. Este é uma homenagem à Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52) travada no Uruguai e na República Argentina.³

O Brasil, apesar de sua participação em vários conflitos após sua independência de Portugal, não se envolveu nessas disputas por razões expansionistas. O território brasileiro, em 1822, era praticamente o que possui no século XXI. As únicas exceções foram a perda da província Cisplatina (o Uruguai) e a aquisição do Estado do Acre (fruto de tratado com a Bolívia). Portugal legou para o Brasil o território ocupado pelo país.

Apesar de um passado belicoso, o Brasil não se envolveu praticamente em conflitos externos desde a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). O século XX da Era Comum foi um período marcado por conflitos entre os países. No sentido oposto, o Brasil evitou participar desses conflitos, com exceção das duas Guerras Mundiais, em que o país precisou se envolver, devido aos afundamentos de navios brasileiros perpetrados por submarinos alemães. Ou seja, sofreu uma agressão externa.

O Brasil reconheceu, em sua própria Carta Magna, que lutará somente quando provocado. Isto está no parágrafo único do artigo 9º da penúltima Constituição brasileira: “É vedada a guerra de conquista”.⁴ A Carta em vigor deixa para a União, no inciso II do artigo 21 “declarar a guerra e celebrar a paz”. O inciso anterior expõe nossa vocação diplomática do país quando disse: “manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais”.⁵

² MELLO, Paulo Lima. “Um sonho não nasce da noite para o dia”. In: FRAZÃO, Felipe. *O Livro da Capa Azul*. Editora Cube dos Autores, 2019.

³ MARINHA DO BRASIL. [Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais](#).

⁴ *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1969.

⁵ *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.



A preocupação com a guerra não é prerrogativa brasileira. O assunto tem raízes na própria História. O conflito entre os homens é um assunto recorrente na História do Mundo. Por isso, seu estudo e aplicabilidade ocupou muito tempo de estudos em gigantes como Sun-Tzu, Nicolau Maquiavel e Karl von Clausewitz, entre outros.

Apesar de violenta, surgiu, já na Antiguidade, a questão da ética na guerra. Civilizações como a grega e a romana estudaram e estabeleceram algumas normas para nortearem suas ações. É claro que nem sempre, na prática, os princípios elaborados em teoria tiveram concordância. No entanto, apesar de os princípios nem sempre terem seguido os postulados normativos, o chamado princípio da guerra justa existia.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar as Cruzadas como movimento motivado por preceitos de uma guerra justa tanto a nível legal como religioso. A luta, embora dolorosa, era a única solução para frear o Islã. Os cristãos não buscaram a luta, mas tiveram nela o último recurso para barrar as investidas de um adversário decidido a lhe tomar as terras.

Para atingir o objetivo o trabalho se fundamenta em três partes: a primeira faz um breve retrospecto dos fundamentos greco-romanos e cristãos sobre a guerra justa. A segunda parte mostra os conceitos que fundamentaram a criação do Islã e críticas teológicas contra eles. A terceira, baseada em conceitos da Igreja de Roma, apresenta o início das Cruzadas como uma reação legal de guerra justa.

I. Fundamentos da *Guerra Justa*

As raízes da fundamentação da noção de guerra justa possuem origem na cultura bíblica dos antigos hebreus. Essas raízes também se encontram na Roma Antiga. Isto se configura como um produto que resultou de uma correlação de elementos que surgiram na teologia crista, nas chamadas leis canônicas, nos códigos da Cavalaria medieval e nas ideias de *jus naturale* (o direito natural) e de *ius naturale* e *ius gentium*.⁶

A guerra é tema que sempre foi objeto de reflexão por parte do homem. Isso se deveu ao fato que esse fenômeno esteve em todos os momentos da evolução do homem na terra. Segundo Norberto Bobbio, a história da guerra se divide em quatro fases histórico-qualitativas: animal; primitiva; histórica entre grupos civilizados; e atual.

⁶ ARBELÁEZ HERRERA, Angela María. “La noción de la guerra justa: Algunos planteamientos actuales”. In: *Analecta política*, vol. 1, n. 2. Medellín, Colombia, Enero-junio 2012.



Cada fase tem um sentido, respectivamente: psicológico; sociológico; jurídico; e tecnológico.⁷

A fase centrada no sentido jurídico remete o estudo para conceitos defendidos desde o alvorecer da História. As justificações da guerra com base no direito, já bastante frequentes, quando ainda vigorava a tese do *bellum justum*.⁸ Ou seja, o chamado princípio da guerra justa. Este princípio gerou discussões sobre sua aplicabilidade a partir de justificativas para deflagrar ações bélicas.

II. Grécia Antiga

As origens da guerra justa, tradicionalmente, remontam aos costumes religiosos das primeiras sociedades romanas (c. VIII a. C.). Isso se deveu à forma mais estruturada como essa importante civilização tratou o assunto. A institucionalização romana da guerra justa, no entanto, encontrou raízes em tradições gregas pré-arcaicas, nos textos de Homero e, mais tarde, de Tucídides e Aristóteles.⁹

Homero destacou que os reis das cidades-estados da Hélade (não existia naquele tempo uma Grécia unificada) se preocupavam com os povos com os quais tinham relações. A questão era: os povos eram justos ou injustos? Caso fossem justos, eram considerados como sendo um igual e firmavam um tratado (*philótes*) de reciprocidade (*ksenía*). Isto tinha base na lei da hospitalidade.¹⁰

Tucídides, em sua famosa obra sobre a *Guerra do Peloponeso*, a qual sagrou a vitória de Esparta sobre Atenas, iniciou tratando da guerra justa. Ressaltou que esta preocupação nem sempre tinha uso, pois os gregos tinham o costume da pirataria e da pilhagem. Tucídides apontou que o que era justo ou injusto não era uniforme no tempo, modificando sua aplicabilidade conforme os valores e as práticas culturais.¹¹

Platão, em *A República*¹², ofereceu um diálogo sobre a justiça. O Livro I desse diálogo mostrou, no caminho da construção do conceito ideal de justiça, a personagem

⁷ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 572.

⁸ BOBBIO, Norberto, *op. cit.*, p. 574.

⁹ PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa. *As teorias das guerras preventivas e as relações internacionais*. Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 30.

¹⁰ PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa, *op. cit.*, p. 30.

¹¹ PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa, *op. cit.*, p. 31-32.

¹² PLATÃO. *A República*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

Trasímaco. Para este, a justiça era algo de interesse do mais forte. Desta forma, quem tem o poder possui o direito, quem tem a força tem o direito. A obra, em seu final, trouxe um conceito de justiça que se prolongou no tempo e permaneceu vivo até este século XXI.

Aristóteles considerava a ciência política em relação particularmente à história das constituições. Para ele, existia uma íntima relação entre justiça e amizade que, como objetos da moral, só podiam ser adotados na prática.¹³ Afinal, caso não fosse assim, todos já nasceriam bons ou maus. As virtudes também seriam descartadas pelo nascimento das pessoas em um ou outro lado.¹⁴

Aristóteles entendeu a guerra como outros casos de violência justificada.¹⁵ Ou seja, como capaz de corrigir e infligir castigos justos os quais, certamente, partem da virtude. Porém, são necessários e realizam o moralmente admirável enquanto necessário, pois seria preferível que nem o homem nem a cidade-estado necessitassem de tais medidas.¹⁶

III. Roma Antiga

Os romanos institucionalizaram a guerra justa na sua religião, no direito e na política. Parte das tradições religiosas romanas tiveram origem nos etruscos. Havia uma diferenciação entre a matéria do direito (*fas*) originada nos deuses (*Lex divina*) e a matéria do direito (*jus*) fundamentada na lei dos homens (*Lex humana*). Com o tempo essa diferença desapareceu e apenas o *jus* representava o conjunto do Direito Romano.¹⁷

Um esforço militar, para ser bem-sucedido e evitar a cólera dos deuses, devia ser *bellum iustum*. Esta guerra justa se pautava em motivos considerados justos: expulsão do inimigo, vingança por uma injustiça sofrida ou reivindicação de um direito legítimo. O aspecto religioso fazia parte de todas as instâncias da vida na Roma Antiga

¹³ PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa, *op. cit.*, p. 34.

¹⁴ ARISTÓTELES. *A Ética a Nicômaco*. São Paulo: Ediouro, 1987, p. 63.

¹⁵ ROSLER, Andrés. “Aristóteles sobre la guerra: un discurso olvidado”. In: *El Arco y la Lira. Tensiones y Debates*, 4º (2016), p. 45-54.

¹⁶ ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martin Claret Editora, 2006.

¹⁷ PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa, *op. cit.*, p. 38-39.

e não poderia deixar de estar presente na guerra. Assim, a guerra envolvia um ritual religioso muito complexo.¹⁸

O primeiro ato era a *clarigatio*. Esta palavra se origina de duas palavras latinas: *clarus* e *ago*. *Clarus* significa em alta e clara voz. O verbo *ago* significa exigir, reclamar, exprimir e tomar medidas. Portanto, a *clarigatio* consistia em reclamar em voz alta, fazer uma intimação solene. O *pater patratus* (orador e membro mais categorizado da confraria religiosa dos *feciais*) conduzia uma delegação de *feciais*, geralmente quatro, trazendo um montículo de relva retirada do Capitólio e uma pedra simbolizando Júpiter, e reclamava reparação aos inimigos, num prazo de trinta dias, pelo que fora feito injustamente contra os romanos e seus aliados.¹⁹

Os *feciais* eram membros de uma confraria religiosa, talvez em número de vinte. Tinham a função de comunicar, por meio de anúncios solenes, as decisões diplomáticas do Senado, tais como guerras, tratados e advertências.²⁰ Segundo a tradição, esta confraria foi instituída por Numa Pompílio, o lendário segundo rei da Roma antiga. Já o templo no monte Capitólio, uma das sete colinas da cidade, era consagrado à Tríade Capitolina (Júpiter, Juno e Minerva), que protegia Roma.²¹

Uma vez findos os trinta dias, declarava-se a guerra (*indictio belli*) por meio do voto dos *Comitia Centuriata*. Esta era uma das assembleias de cidadãos da República Romana (primeira fase da história da Roma antiga). O *pater patratus* jogava uma lança ensanguentada (*hasta ferrata* ou *sanguinea* ou *praeusta*) no território inimigo, simbolizado por um marco construído diante do templo da deusa Belona em Roma. Ele proferia então: *Bellum iustum indico facioque*, ou seja, “Declaro e faço uma guerra justa”.²²

A deusa Belona era irmã, esposa, filha ou ama do deus Marte. Era esta divindade que preparava o carro de combate e os cavalos de Marte, quando este partia para a guerra. Mostrava-se nas batalhas com o semblante formidável, cabelos esparsos, uma tocha uma das mãos e um látigo [açoitte] na outra, com o qual fazia retumbar o éter, o espaço celeste.²³

¹⁸ BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. *Bellum Iustum em diferentes perspectivas*. Rio de Janeiro, 2011.

¹⁹ BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha, *op. cit.*

²⁰ BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha, *op. cit.*

²¹ SPALDING, Tassilo Orpheu. *Dicionário de mitologia latina*. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 60.

²² BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha, *op. cit.*

²³ SPALDING, Tassilo Orpheu, *op. cit.*, p. 33.

A Belona romana parecia ser uma divindade de origem sabina (outro povo da península itálica). Correspondia à *Enyo* dos gregos. Esta deusa possuía muitos e célebres templos em Roma. Não raro os poetas a confundem com Palas. Representavam-na, em geral, dos pés à cabeça, de lança em punho. Possuía seu principal templo em Roma, junto da Porta Carmenta, no qual o Senado dava audiências aos embaixadores estrangeiros e aos generais.²⁴

Os sacerdotes da deusa Belona, que se chamavam *Bellonarii*, celebravam a festa da deusa fazendo incisões nas coxas e nos braços, com a finalidade de oferecerem seu sangue em sacrifício. Levados por feroz entusiasmo, prediziam a tomada das cidades e a fuga dos inimigos. Esses sacerdotes eram tidos em grande consideração.²⁵

IV. Patrística

Entre os primeiros cristãos, a profissão militar foi bastante valorizada, sendo muito grande o número de militares que foram martirizados e atingiram a santidade nos primeiros séculos do cristianismo.²⁶ Esse fato encontra-se bem documentado, apesar de muitos autores ainda afirmarem, sem base documental, que nos seus primeiros tempos o cristianismo era eminentemente pacifista e avesso à prática militar. Jesus Cristo foi amigo de um centurião romano, cujo servo curou, e elogiou esse centurião, louvando sua fé: “Em verdade vos digo: não achei fé tamanha em Israel” (Mt 8, 10).²⁷ E um outro militar romano, o centurião Cornélio, foi o primeiro não judeu que aderiu ao cristianismo, como é relatado nos *Atos dos Apóstolos* (caps. 10 e 11, 1-21).

É verdade que Jesus Cristo recomendou formalmente que não se resistisse ao perverso, no evangelho segundo São Mateus:

²⁴ SPALDING, Tassilo Orpheu, *op. cit.*, p. 33.

²⁵ SPALDING, Tassilo Orpheu, *op. cit.*, p. 33.

²⁶ O número de santos militares nos primeiros séculos do cristianismo é enorme, como documentado na obra clássica PROFILLET, Abbé Charles. *Les Saints militaires. Martyrologe, vies et notices*. Paris: Retaux-Bray, 1890, 6 vols.

Ver também COSTA, Ricardo da, SANTOS, Armando Alexandre dos. “[O pensamento de Santo Tomás de Aquino \(1225-1274\) sobre a vida militar, a guerra justa e as ordens militares de cavalaria](#)”. In: BLASCO VALLÈS, Almudena, e COSTA, Ricardo da (coord.). *Mirabilia 10. A Idade Média e as Cruzadas – La Edad Media y las Cruzadas – The Middle Ages and the Crusades*, Jan-Jun 2010, p. 145-157.

²⁷ Todas as referências bíblicas usadas neste artigo têm como fonte a edição da *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30* (2020/1)
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

Ouvistes que foi dito: Olho por olho, dente por dente. Eu, porém, vos digo: não resistais ao perverso; mas, a qualquer que te ferir na face direita, volta-lhe também a outra; e, ao que quer demandar contigo e tirar-te a túnica, deixa-lhe também a capa. Se alguém te obrigar a andar uma milha, vai com ele duas (Mt 5, 38-41).

Esse ensinamento precisa ser devidamente contextualizado, para ser bem entendido. Com ele, Jesus de fato abolia a chamada Lei de Talião, do “olho por olho, dente por dente”, que vigorava até então, por influência do Código de Hamurábi, assimilado e praticado pelos judeus do Antigo Testamento e pela própria lei de Moisés. O nome Talião provém de *tal, talis*, ou seja, tal qual. A lei orientava os juízes a sentenciar as pessoas proporcionalmente ao crime cometido. “Mas, se houver dano grave, então, darás vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferimento por ferimento, golpe por golpe” (Ex 21, 23-25).

Jesus Cristo revogou essa lei, que o progresso dos tempos havia tornado demasiado rígida e severa, mas isso não significa que Jesus desejasse que os maus e os perversos triunfassem sem resistência alguma. Senão, Jesus contrariaria os ensinamentos bíblicos e instauraria um mundo sem lei. Jesus não teve a intenção de comentar a punição de forma pública, mas sim privada, destacando a generosidade para superar as diferenças.²⁸

A Igreja Primitiva, formada a partir dos chamados pais da Igreja, organizou a instituição após o *Edito de Milão* (313), pelo qual Constantino deu por findo o tempo das perseguições ao cristianismo e autorizou sua prática no Império. Uma série de estudiosos, os quais foram chamados de Pais ou Padres (*patri*) da Igreja, comentaram os Livros Sagrados do Antigo e do Novo Testamento, que se estruturaram no que hoje designamos pelo nome genérico de Bíblia. Seu trabalho é designado, pelos historiadores eclesiásticos, como Patrística.

Ao mesmo tempo que se desenvolvia a Patrística, o Império Romano acentuava sua decadência e ia cedendo o terreno, cada vez mais, aos invasores bárbaros.²⁹ Seu avanço sobre um Império já cristianizado gerou a necessidade de justificar teologicamente uma ação bélica e a entrada dos cristãos, cada vez mais numerosos, no

²⁸ AZEVEDO JÚNIOR, Padre Paulo Ricardo. *Dar a outra face*, e, a respeito das passagens bíblicas do *Antigo Testamento* em que Deus ordenou formalmente aos israelitas que destruíssem e/ou matassem, ver RODRIGO PEREIRA DA SILVA. “[Por que Deus mandou matar?](#)”. In: Programa Evidências.

²⁹ GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 378.



Serviço Militar. Foi então que os teólogos cristãos aplicaram, aos novos tempos, e adaptaram à fé cristã a antiga tradição romana de *bellum justum*.³⁰ Uma grande parte desse esforço teológico é devida a Santo Agostinho, que pela primeira vez estabeleceu a clara distinção entre *guerra justa* e *guerra injusta*.³¹

Santo Agostinho (354-430) é o maior símbolo do período da Patrística. Esse período foi fértil em grandes construtores da doutrina da Igreja, como, por exemplo, São Jerônimo, o tradutor para o latim da Bíblia oficial da Igreja de Roma: a *Vulgata*. A cidade da qual Agostinho se tornou bispo, Hipona, se localizava no norte da África, de onde ele assistiu aos eventos que conduziram à queda do Império Romano do Ocidente.

A chamada doutrina da “guerra justa” ocupou lugar central no desenvolvimento do pensamento político cristão no Ocidente. É muito comum destacar a pessoa de Santo Agostinho como a figura central na origem da doutrina.³² Coube a ele formular a doutrina da Igreja a partir da Bíblia e da Tradição eclesiástica, assim como dos conceitos herdados de Roma.

Agostinho, pai da *Teoria da Guerra Justa*, organizou suas ideias nas obras *Cidade de Deus* e *Contra Faustum Manichaeum*.³³ Também fundamentou suas ideias em cartas que endereçou a Marcellinus e a Bonifácio.³⁴

A partir delas, Santo Agostinho se debruçou sobre duas questões: **1)** é certo ir para a guerra?; **2)** que tipos de ações a guerra permite?³⁵ Baseado na Bíblia, ele levantou as condições para que a guerra seja considerada moral³⁶:

³⁰ PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa, *op. cit.*, p. 57.

³¹ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 575.

³² SOUSA, Rodrigo Franklin de. “A Legitimação da Guerra no discurso Ético e Político de Santo Agostinho”. In: *Ciências da Religião – História e Sociedade*, v. 9, n. 1. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.

³³ SANTOS, Paulo Vinicius Figueiredo dos. *A ideia de guerra justa no Contra Fausto Manichaem de Agostinho de Hipona (354-430)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2012.

³⁴ CARNEIRO, Pedro Erik. *Teoria e Tradição da Guerra Justa: Do Império Romano ao Estado Islâmico*. Campinas/São Paulo: Vide Editorial, 2016.

³⁵ JORDÃO, Marco Aurélio de Medeiros, *op. cit.*

³⁶ CARNEIRO, Pedro Erik, *op. cit.*



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30 (2020/1)*
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

- 1) Autoridade justa: o processo de ir para a guerra deve ser baseado em uma fundamentação política, legal e legítima;
- 2) Causa justa: a guerra é a resposta mais adequada para um processo errado que se praticou;
- 3) Intenção correta: a guerra se limita a corrigir aquilo que está errado; e
- 4) O último recurso: outras vias foram exploradas, mas a guerra é a única que se mostra razoável no momento.

Um exército só pode usar a força em proporção à causa e não deve fazer nada mais do que o necessário para corrigir um mal sofrido. Não pode, por exemplo, atacar civis inocentes (não-combatentes).

O exército não é responsável por consequências ruins que podem surgir num ato de guerra. Ele só deve ser responsabilizado pelas consequências previstas. As imprevistas, ruins, não. Mas isso tudo desde que o bem da guerra seja superior ao mal e a luta seja sempre guiada por boas intenções.

V. Escolástica

Posteriormente, o chamado *Renascimento Carolíngio* trouxe uma nova fase na história da Igreja. Carlos Magno, rei dos francos, instalou escolas em várias partes do seu reino. Sua coroação pelo Papa como Imperador dos Romanos, no ano 800, selou sua união temporal, fruto de suas vitórias na guerra, com o poder espiritual da Igreja. Esta nova fase, a Escolástica, por causa das escolas criadas, utilizou como método de estudo as chamadas *sete Artes liberais*.

Assim como Santo Agostinho foi o grande nome do período da Patrística, a Escolástica teve como grande expoente Santo Tomás de Aquino (1227-1274). Este santo da Igreja contribuiu imensamente para o estabelecimento de novos parâmetros que separaram a guerra justa de uma considerada não justa. Ele estabeleceu quatro princípios para que uma guerra fosse considerada justa³⁷:

³⁷ PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa, *op. cit.*, p. 58.



- 1) a declaração de guerra deveria ser formulada pela autoridade legítima de um príncipe (*auctoritas principis*);
- 2) deveria haver uma causa justa para a guerra;
- 3) o beligerante deveria possuir uma justa intenção de promoção do bem em detrimento do mal (*intentio recta*); e
- 4) impossibilidade de fazer justiça por meios não violentos.

A guerra justa foi um assunto discutido durante vários séculos. A guerra é uma atividade que marca a história. Por isso, esse estudo não perdeu sua finalidade. Esses fundamentos passam pelas relações sociais, pela religião e pelo Direito. Portanto, conforme várias fontes, é possível empreender uma ação bélica sem perder de vista a ética e as ações humanitárias.

VI. A presença do Islã

Os brasileiros utilizam os termos Maomé, Islã e Medina para designarem, respectivamente, o profeta, a religião que ele criou e a cidade em que nasceu. É com essa grafia que, no presente artigo, utilizaremos tais termos. Registre-se, porém, que os maometanos preferem utilizar as grafias Mohammad, Islam e Madina, utilizados na versão do Alcorão (o livro sagrado islâmico) que serviu de base para este trabalho.³⁸

O profeta Maomé é Abdul-Qasim (pai de Al-Qasim) Muhammad, filho de Abdullah, filho de Abdul-Mutalib. Sua linhagem remonta à tribo de Adnan, filho de Ismael, o profeta de Deus, filho de Abraão. Sua mãe foi Aminah, filha de Wahb. Assim, o profeta tem a linhagem mais nobre do mundo.³⁹ Portanto, a concepção é que o profeta se ligava à própria família do primeiro patriarca hebreu.

Maomé nasceu em Meca, na Península Arábica, em 571 (segundo o calendário gregoriano), na tribo Quraish (considerada nobre pelos árabes), e era órfão, já que seu pai faleceu antes de ele nascer e sua mãe morreu quando ele tinha quatro anos. Seu

³⁸ Todas as citações de suratas do *Alcorão* feitas neste trabalho foram extraídas da versão divulgada pelo [Centro Cultural Beneficente Árabe Islâmico de Foz do Iguaçu](#).

³⁹ AL-SHEBA, Abdurrahman. *Muhammad, o Mensageiro de Deus*. São Paulo: Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, 2007.

avô, Abdul-Mutalib, cuidou dele e, quando morreu, seu tio Abu Talib assumiu essa função.⁴⁰

Parece ter tido contato, em sua vida, com um cristianismo desfigurado, cheio de acréscimos, até mesmo por uma interpretação de que Maria, mãe de Jesus Cristo, também seria Deus e parte da divindade.⁴¹ Maomé também conviveu com judeus e ambas as influências, a cristã e a judaica, são notadas nos seus escritos. O Alcorão, segundo os islamitas, é a palavra final e completa de Deus, revelada ao profeta pelo anjo Gabriel, e é superior ao Antigo e Novo Testamentos.⁴²

O Islã se considera a terceira e grande revelação. Na primeira, Deus se revelou a Moisés (Antigo Testamento). Na segunda, Deus se revelou em Jesus Cristo (Novo Testamento). Na terceira, Deus se revelou a Maomé (Alcorão), o qual está na base de toda a cultura islâmica: como tratar os filhos, como fazer negócios, dentre outras.⁴³

A teologia islâmica se fundamenta em cinco pontos: a crença em Deus; a crença nos Anjos; a crença nos Livros Revelados de Deus; a crença no Dia do Juízo; e a crença em *Al-Qadar*. Primeiro, para os islâmicos, Deus é único e não possui nem filho nem parceiro (Surata 112, versículos 1-4). Deus não é Jesus e Jesus não é Deus. Segundo o Islã, o próprio Jesus rejeitou essa ideia (Surata 5, versículo 72). Deus não é uma trindade⁴⁴, conforme a Surata 5, versículos 73-75.

Em segundo lugar, os islamitas acreditam na existência dos anjos, aos quais consideram criaturas que devem ser honradas. Os anjos adoram a Deus somente, obedecem somente a Deus e agem apenas sob o comando do Criador. Entre os anjos está Gabriel, que trouxe, segundo sua crença, a revelação do Alcorão para o profeta Maomé.⁴⁵

Depois, os islamitas acreditam que Deus revelou livros aos seus mensageiros. Isto ocorreu como prova para a humanidade e orientação para eles. Entre esses livros está

⁴⁰ AL-SHEBA, Abdurrahman, *op. cit.*

⁴¹ LOPES, Augustus Nicodemus. [Islamismo](#).

⁴² LOPES, Augustus Nicodemus, *op. cit.*

⁴³ LOPES, Augustus Nicodemus, *op. cit.*

⁴⁴ ABU-HARB, I.A. *Um Breve Guia Ilustrado para Compreender o Islã*. São Paulo: Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, 2008.

⁴⁵ ABU-HARB, I.A, *op. cit.*



o Alcorão, o qual Deus revelou ao Profeta Maomé, garantindo a proteção do Alcorão de qualquer corrupção ou distorção (Surata 15, versículo 9).⁴⁶

Em quarto lugar, os islamitas acreditam nos profetas (Surata 14, *Al-Anbiyaa* – Os Profetas), e mensageiros de Deus, começando com Adão, incluindo Noé, Abraão, Ismael, Jacó, Moisés e Jesus. Mas a mensagem final de Deus para o Homem, a confirmação da mensagem eterna, acreditam que foi revelada ao Profeta Maomé. Todos os profetas e mensageiros foram criados como seres humanos, não tinham qualidades divinas de Deus.⁴⁷ Os muçulmanos acreditam que Maomé é o último profeta enviado por Deus (Surata 33, versículo 40).

Assim como os cristãos, os muçulmanos acreditam no Dia do Juízo. Além disso, finalizando, acreditam na Predestinação Divina (*Al-Qadar*), o que, paradoxalmente, não significa que os seres humanos não possuam livre-arbítrio. Ao contrário, acreditam que Deus deu aos seres humanos a capacidade de escolher entre o certo e o errado e são responsáveis por suas escolhas.⁴⁸

A crença na Predestinação Divina inclui a crença em quatro coisas. Primeiro: Deus sabe tudo, sabe o que aconteceu e o que acontecerá. Segundo: Deus registrou tudo o que acontece e o que acontecerá. Terceiro: O que quer que Deus deseje que aconteça, acontece, e o que Deus não deseja que não aconteça, não acontece. Quarto: Deus é o Criador de tudo.

Os expoentes da Igreja Católica, ao travarem contato com o Islã, passaram desde logo a condená-lo. São João Damasceno (676-749) foi o primeiro combatente intelectual do Islã. Colocou suas ideias em sua obra *A Fonte da Sabedoria* (ou do Conhecimento), na qual escreveu: “Há também a superstição dos ismaelitas que até hoje prevalece e mantém as pessoas em erro, sendo a precursora do Anticristo”.⁴⁹

Damasceno nasceu em Damasco, capital da Síria. Esta cidade estava, à época, ocupada pelo Islã. Portanto, ele se encontrava em posição de observar, pessoalmente, o islamismo expansionista em seu nascedouro. Sua experiência foi fundamental para construir suas ideias sobre a religião de Maomé.

⁴⁶ ABU-HARB, I.A, *op. cit.*

⁴⁷ ABU-HARB, I.A, *op. cit.*

⁴⁸ ABU-HARB, I.A, *op. cit.*

⁴⁹ CARNEIRO, Pedro Erik, *op. cit.*

Paradoxalmente, foi filho de um importante ministro católico do Califa, e neto de um ministro do imperador cristão de Bizâncio. Ele próprio iniciou sua carreira na Corte do supremo chefe islâmico. Na época, muitos acreditavam que o Islã era mais uma das muitas heresias e cismas que devoravam o Oriente cristão.

No convívio cotidiano, São João Damasceno percebeu que o Islã era uma outra religião que visava o extermínio do cristianismo. Retirou-se como monge a Jerusalém e dali empreendeu doura e destemida pregação, com homilias e escritos. Ele abriu os olhos dos católicos para os erros e os enganos da religião de Maomé, além de muitas outras grandes heresias da época, especialmente a dos iconoclastas⁵⁰, ensinando que:

1) Há entre os ismaelitas (árabes) uma superstição enganosa sempre ativa, que serve de precursora do Anticristo. Ela tem sua origem em Ismael, nascido de Abraão e da sua serva Agar, a egípcia. É por isso que eles são chamados agarenos ou ismaelitas. Também os chamam de sarracenos, porque, ao que parece, foram devolvidos sem nada por Sara. Pois Agar disse ao anjo: “Sara mandou-me embora sem nada” (Gn 21). Os sarracenos eram idólatras e adoravam a estrela da manhã, como também a Afrodite. Este nome na língua deles significa Majestoso (*Habar*), razão pela qual até o tempo de Heráclio (imperador bizantino de 610 a 641) eles eram certamente idólatras⁵¹;

2) A partir dessa época, surgiu no meio deles um falso profeta; chamava-se Maomé. Ele ouviu algumas vezes o Antigo e o Novo Testamento, e acredita-se que em seguida encontrou um monge ariano. Finalmente, acabou criando sua própria heresia. Depois, desgostoso, fez crer ao povo que era um “temente a Deus”, e mandou espalhar o boato de que um livro santo (o Alcorão) lhe fora trazido do céu. Ele começou a escrever em seu livro sentenças das quais só se pode rir, e deu-as a seus seguidores para que as obedecam⁵²;

3) Chamam-nos ademais de “idólatras” porque, argumentam eles, nós introduzimos um sócio ao lado de Deus, dizendo que Cristo é o Filho de Deus e é Deus. Nós lhes respondemos: “Isto é o que as Escrituras e os profetas nos transmitiram, e vós, como o proclamais, aceitais a autoridade dos profetas”. “Se, portanto, estávamos errados afirmando que Cristo é o Filho de Deus, então

⁵⁰ DUFAUR, Luis Eduardo. “São João Damasceno: Doutor da Igreja explica erros do Islã”. In: *As Cruzadas. Website: <https://ipco.org.br/author/luis-dufaur>*.

⁵¹ DUFAUR, Luis Eduardo, *op. cit.*

⁵² DUFAUR, Luis Eduardo, *op. cit.*

aqueles que nos ensinaram e nos transmitiram tais escritos também se enganaram”. “Alguns sarracenos sustentam que nós adicionamos essas coisas, manipulando os profetas. “Outros proclamam que foram os judeus que, cheios de ódio, nos enganaram com falsos escritos de profetas para nos desviar do caminho”. Mais uma vez, nós lhes respondemos: “Dado que dizeis que Cristo é a Palavra e o Espírito de Deus, então como podeis nos tachar de idólatras?” “Porque a Palavra e o Espírito são inseparáveis daquele em quem tudo isto tem a sua origem. Se a palavra está em Deus, é evidente que ela também é Deus. “Se, por outro lado, ela está fora de Deus, então Deus, na vossa opinião, carece de palavra e de Espírito. “Então, tentando não associar pessoas a Deus, vós mutilastes Deus. “Ter-vos-ia sido mais vantajoso dizer que Deus tem uma pessoa associada, em vez de mutilá-lo e apresentá-lo da mesma forma que se faria com uma pedra, madeira ou qualquer outro objeto inanimado. “É assim que vós nos chamais erradamente de “idólatras”. Em sentido contrário, chamamos-vos de “mutiladores” (*Koptas*) de Deus”.⁵³

4) Eles nos acusam injustamente de idólatras, porque veneramos a cruz, e eles a desprezam. A isto respondemos: “Como é que esfregais vossa *Kaaba* numa pedra e manifestais vossa veneração por essa pedra beijando-a?” Alguns respondem dizendo que Abraão manteve relações sexuais com Agar nessa pedra; outros dizem que esse é o lugar onde ele amarrou seu camelo antes de sacrificar Isaac. E nós lhes respondemos: “Posto que a Escritura diz que havia uma montanha e uma floresta, da qual Abraão cortou a lenha para o holocausto sobre o qual ele deitou Isaac, e também que ele deixou os burros atrás com os servos; de onde tirais vossa história”. “Nesse lugar não havia madeira proveniente de floresta alguma, nem sequer sendeiro para os burros”. Ei-los então embaraçados. No entanto, continuam afirmando que se trata da verdadeira pedra de Abraão. Nós lhes respondemos “Suponhamos que isso que vós dizeis de modo insensato seja verdade. Não sentis vergonha alguma de beijar a pedra, só porque Abraão teve relações com uma mulher ou porque amarrou seu camelo nela?”. “E nos vituperais porque veneramos a cruz de Cristo, por meio da qual o poder dos demônios e a astúcia do Diabo foram aniquilados!” Portanto, aquilo que chamam de “pedra” é na verdade a cabeça de Afrodite que eles adoram. Chamavam-na de Haber, e ainda hoje vemos entalhes na pedra, aqueles que os entendem veem nela gravações⁵⁴;

⁵³ DUFAUR, Luis Eduardo, *op. cit.*

⁵⁴ DUFAUR, Luis Eduardo, *op. cit.*

5) Como já mencionamos, Maomé inventou muitas histórias e atribuiu a cada uma um título como, por exemplo, *O Tratado da Mulher*. “Nesse escrito ele admite que alguém pode ter legalmente quatro mulheres e mil concubinas, se puder dar-se esse luxo, com tal de manter também as quatro mulheres. “Todos podem repudiar cada uma de suas esposas segundo o seu desejo e recasar-se com outra mulher”. “Ele criou essa lei por causa da seguinte história. Maomé tinha um amigo chamado *Zaid*. Esse homem tinha uma mulher bonita pela qual Maomé se apaixonou”. Certo dia em que os dois amigos estavam sentados juntos, Maomé disse: “Escuta, meu amigo, Deus me ordenou casar com tua esposa, para que ela se torne minha”. Ao que o amigo respondeu: “Tu és um apóstolo, faz como Deus te disse; pega a minha esposa”. E a repudiou. Ou melhor, para contar a história desde o início, ele lhe disse: “Deus me ordenou dizer-te que tens que repudiar tua mulher”. Poucos dias depois, ele retomou: “Mas agora Deus ordenou que eu a tome por esposa”. E após levá-la e cometer adultério com ela, inventou a seguinte lei (Surata 65 – *Al Talaq* – O Divórcio): “Quem quiser, pode mandar sua mulher embora. Mas, se após o divórcio ele quiser voltar para ela, é preciso que a mulher tenha anteriormente sido casada com outra pessoa. Pois não está permitido recuperá-la, a menos que ela tenha se recasado com outra pessoa. Um irmão pode casar com a mulher repudiada por seu irmão, se assim o desejar”⁵⁵;

6) Maomé também fala do *Tratado da Mesa* (5ª Surata, *Al Maida* – A Mesa Servida). Ele afirma que Cristo pediu a Deus uma mesa, e ela lhe foi dada. “Porque, segundo relatou, Ele respondeu: “Eu te dei, bem como a seus companheiros, uma mesa incorruptível”. Há também o *Tratado da Novilha* e algumas outras estórias, das quais só se pode rir, e não vamos falar de todas devido a seu grande número. “Ele criou uma lei dizendo que homens e mulheres devem ser circuncidados, e ordenou-lhes que não observassem o sábado nem se fizessem batizar”. “E, de um lado, mandou-lhes comer o que está proibido na Lei, e de outro se absterem de alimentos que a Lei permite; também proibiu beber vinho”⁵⁶.

Assim como São João Damasceno representou um grande opositor intelectual ao Islã no seio da Patrística, São Tomás de Aquino foi um opositor do profeta de Medina

⁵⁵ DUFAUR, Luis Eduardo, *op. cit.*

⁵⁶ DUFAUR, Luis Eduardo, *op. cit.*

durante a fase da Escolástica. Em sua *Suma contra os Gentios*, Aquino expõe a fraude que movia o expansionismo islamita⁵⁷:

No entanto, os iniciadores de seitas errôneas seguiram caminho oposto, como se tornou patente em Maomé. Ele seduziu os povos com promessas referentes aos desejos carnis, excitados que são pela concupiscência. Formulou também preceitos conformes com aquelas promessas, relaxando, desse modo, as rédeas que seguram os desejos da carne.

Além disso, não apresentou testemunhos da verdade, senão aqueles que podem facilmente ser conhecidos pela razão natural de qualquer medíocre ilustrado. Além disso, introduziu, em verdades que tinha ensinado, fábulas e doutrinas falsas. Também não apresentou sinais sobrenaturais. Ora, só mediante estes há conveniente testemunho da inspiração divina, enquanto uma ação visível, que não pode ser senão divina, mostra que o mestre da verdade está inspirado de modo invisível. Mas Maomé manifestou ter sido enviado pelo poder das armas, que também são sinais dos ladrões e dos tiranos. Ademais, desde o início, homens sábios, versados em coisas divinas e humanas, nele não acreditaram. Nele, porém, acreditaram homens que, animalizados pelo deserto, eram totalmente ignorantes da doutrina divina. No entanto, foi a multidão de tais homens que obrigou os outros a obedecerem, pela violência das armas, a uma lei. Finalmente, nenhum dos oráculos dos profetas que o antecederam dele deu testemunho, visto que ele deturpou com fabulosas narrativas quase todos os fatos do Velho e do Novo Testamento. Tudo isso pode ser verificado ao se estudar a sua lei. Já também por isso, e de caso sagazmente pensado, não deixou para leitura de seus seguidores os livros do Velho Testamento, para que não o acusassem de impostura.

Fica assim comprovado que os que lhe dão fé à palavra creem levemente (Livro I, cap. VI, art. 3º).⁵⁸

No mesmo ano que escreveu sua *Suma contra os Gentios*, São Tomás de Aquino fez uma análise do Islã em outra obra, chamada *De Rationibus Fidei* contra Sarracenos⁵⁹:

Capítulo II

Como se deve disputar com os infieis:

Quero advertir-te primeiramente de que, nas disputas sobre os artigos de fé contra os infieis, não te debes esforçar para provar a fé por meio de razões necessárias. Isso interrogaria a sublimidade da fé, cuja verdade não só excede as mentes humanas como também as dos anjos; a verdade da fé é crida por nós como revelada por Deus.

⁵⁷ CARNEIRO, Pedro Erik, *op. cit.*

⁵⁸ SANTO TOMÁS DE AQUINO. *Suma contra os Gentios*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1980.

⁵⁹ CARNEIRO, Pedro Erik, *op. cit.*

Ademais, uma vez que aquilo que procede da Suma Verdade não pode ser falso, algo que não é falso não pode ser impugnado por alguma razão necessária; assim como a nossa fé não pode ser provada por razões necessárias, já que excede a mente humana, de igual modo, por causa de sua verdade, não pode ser refutada por razão necessária. A isto, portanto, deve tender a intenção do disputador cristão: não prove ele a fé, mas a defenda; donde o bem-aventurado Pedro não diz: *estai preparados para provar, mas para dar satisfação*, de modo que se mostre racionalmente não ser falso o que a fé católica confessa.⁶⁰

Apesar de possuírem em comum a crença num único Deus, os fundamentos do Islã são diferentes do Cristianismo. Portanto, o debate entre a legitimidade religiosa, com o advento das ações bélicas islâmicas, saiu da esfera da teologia e passaram para a motivação para a guerra. As duas religiões utilizaram fundamentos religiosos para justificarem suas ofensivas sobre o adversário.

VII. A Igreja e a Cruzada

A Igreja Católica não é, ao contrário do que muitos pensavam, uma instituição pacifista. Caso fosse não aceitaria o uso de força em nenhuma circunstância. Um exemplo dessa condição são os Amish, que vivem nos Estados Unidos da América. Este grupo não aceita o uso da força. A Igreja Católica, ao contrário, permite a guerra em algumas circunstâncias.⁶¹

O Novo Testamento trouxe várias referências, algumas explícitas, outras metafóricas, para significar, por meio de imagens da vida militar, as lutas e os combates de caráter espiritual.⁶² “O Reino de Deus adquire-se pela força, são os violentos que o conquistam” (Mt 11, 12), ensinou Cristo, que também foi categórico nesta outra passagem: “Não julgueis que vim trazer a paz à Terra; não vim trazer a paz, mas a espada” (Mt 10, 34).

A doutrina oficial da Igreja Católica de Roma, comentando o Quinto Mandamento⁶³, apoiada nos seus doutores, patenteou o seu entendimento não pacifista:

⁶⁰ SANTO TOMÁS DE AQUINO. *De Rationibus Fidei*.

⁶¹ CARNEIRO, Pedro Erik, *op. cit.*

⁶² COSTA, Ricardo da, SANTOS, Armando Alexandre dos. “[O pensamento de Santo Tomás de Aquino \(1225-1274\) sobre a vida militar, a guerra justa e as ordens militares de cavalaria](#)”. In: BLASCO VALLÈS, Almudena, e COSTA, Ricardo da (coord.). *Mirabilia 10. A Idade Média e as Cruzadas – La Edad Media y las Cruzadas – The Middle Ages and the Crusades*, Jan-Jun 2010, p. 145-157.

⁶³ JOÃO PAULO II. *Catecismo da Igreja Católica*. Vaticano: Edição Típica Vaticana, 1997.

EVITAR A GUERRA

2307. O quinto mandamento proíbe a destruição voluntária da vida humana. Por causa dos males e injustiças que toda a guerra traz consigo, a Igreja exorta instantemente a todos para que orem e atuem para que a Bondade divina nos livre da antiga escravidão da guerra.

2308. Cada cidadão e cada governante deve trabalhar no sentido de evitar as guerras. No entanto, enquanto «subsistir o perigo de guerra e não houver uma autoridade internacional competente, dotada dos convenientes meios, não se pode negar aos governos, uma vez esgotados todos os recursos de negociações pacíficas, o direito de legítima defesa.

2309. Devem ser ponderadas com rigor as estritas condições duma *legítima defesa pela força das armas*. A gravidade duma tal decisão submete-a a condições rigorosas de legitimidade moral. É necessário, ao mesmo tempo:

- que o prejuízo causado pelo agressor à nação ou comunidade de nações seja duradouro, grave e certo;
- que todos os outros meios de lhe pôr fim se tenham revelado impraticáveis ou ineficazes;
- que estejam reunidas condições sérias de êxito;
- que o emprego das armas não traga consigo males e desordens mais graves do que o mal a eliminar. O poder dos meios modernos de destruição tem um peso gravíssimo na apreciação desta condição. Estes são os elementos tradicionalmente apontados na doutrina da chamada «guerra justa». A apreciação destas condições de legitimidade moral pertence ao juízo prudencial daqueles que têm o encargo do bem comum.

2310 Os poderes públicos têm, neste caso, o direito e o dever de impor aos cidadãos as *obrigações necessárias à defesa nacional*. Aqueles que se dedicam ao serviço da pátria na vida militar são servidores da segurança e da liberdade dos povos. Na medida em que desempenharem como convém esta tarefa, contribuem verdadeiramente para o bem comum e para a salvaguarda da paz.

2311. Os poderes públicos atenderão equitativamente o caso daqueles que, por motivos de consciência, recusam o uso de armas; estes continuam obrigados a servir, de outra forma, a comunidade humana.

2312. A Igreja e a razão humana declaram a validade permanente da *lei moral durante os conflitos armados*. «Uma vez lamentavelmente começada a guerra, nem por isso tudo se torna lícito entre as partes beligerantes».

2313. Devem ser respeitados e tratados com humanidade os não-combatentes, os soldados feridos e os prisioneiros. As ações deliberadamente contrárias ao direito dos povos e aos seus princípios universais, bem como as ordens que comandam tais ações, são crimes. Uma obediência cega não basta para desculpar os que a elas se submetem. Assim, o extermínio dum povo, duma nação ou duma minoria étnica deve ser condenado como pecado mortal. É-se moralmente obrigado a resistir às ordens para praticar um genocídio.

2314. «Toda a ação bélica, que tende indiscriminadamente à destruição de cidades inteiras ou vastas regiões com os seus habitantes, é um crime contra Deus e o próprio homem, que se deve condenar com firmeza, sem hesitação». Um dos perigos da guerra moderna é o de oferecer aos detentores das armas científicas, nomeadamente atômicas, biológicas ou químicas, ocasião para cometer tais crimes.

2315. A *acumulação de armas* é considerada por muitos como um processo paradoxal de dissuadir da guerra eventuais adversários. Veem nisso o mais eficaz dos meios susceptíveis de garantir a paz entre as nações. No entanto, esse processo de dissuasão suscita severas reservas morais. A *corrida aos armamentos* não garante a paz. Longe de eliminar as causas da guerra, corre o risco de as agravar. O dispêndio de fabulosas riquezas na preparação de armas sempre novas impede que se auxiliem as populações indigentes, e trava o desenvolvimento dos povos. O *superarmamento* multiplica as razões de conflito e aumenta o risco da sua propagação.

2316. O *fabrico e comércio de armas* tem a ver com o bem comum das nações e da comunidade internacional. Daí que as autoridades públicas tenham o direito e o dever de os regulamentar. A busca de interesses privados ou coletivos a curto prazo não pode legitimar empresas que incentivam a violência e os conflitos entre as nações e que comprometem a ordem jurídica internacional.

2317. As injustiças, as excessivas desigualdades de ordem econômica ou social, a inveja, a desconfiança e o orgulho que grassam entre os homens e as nações, são uma constante ameaça à paz e provocam as guerras. Tudo o que se fizer para superar estas desordens contribui para edificar a paz e evitar a guerra: «Na medida em que os homens são pecadores, o perigo da guerra ameaça-os e continuará a ameaçá-los até à vinda de Cristo: mas, na medida em que, unidos na caridade, superam o pecado, superadas ficam também as violências, até que se realize aquela palavra: "Com as espadas forjarão arados e foices com as lanças. Não mais levantará a espada povo contra povo, nem jamais se exercitarão para a guerra" (Is 2, 4).

Há que registrar um fator que acirra o antagonismo entre o Islã e o Cristianismo: é que ambos têm o mesmo objetivo universal. Na Antiguidade, todos os deuses eram nacionais e inexistia o proselitismo religioso: nenhum povo pretendia estender o culto de seus deuses fora dos seus limites. Até o Senhor era, no Antigo Testamento, visto e entendido pelos hebreus como o Deus de Israel.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30* (2020/1)
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

Foi o Cristianismo a primeira religião de cunho universal, porque Jesus, um judeu, ampliou os horizontes de sua nação, ordenando: “Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a toda a criatura. O que crer e for batizado, será salvo; o que, porém, não crer, será condenado.” (Mc 16, 15-16).

Durante séculos, foi o Cristianismo a única religião com esse escopo universal, até que Maomé fundasse, por sua vez, uma nova religião, com o mesmo objetivo de conquistar toda a humanidade. Os métodos eram distintos. O cristianismo preferia usar métodos pacíficos em sua expansão, embora não desprezasse o uso da força quando indispensável. O maometanismo, porém, via no uso da força o seu meio natural de expansão. Para um maometano, a guerra santa não era somente uma questão contingencial, imposta pelas circunstâncias da vida terrena, mas era o meio considerado mais fácil e mais seguro para alcançar o paraíso eterno:

Combatei na senda de Allah contra os que compram a vida mundana com a última!
Àqueles que combatem na senda de Allah, quer estejam mortos, quer estejam vitoriosos,
conceder-se-á uma enorme recompensa.⁶⁴

A divergência fundamental entre as duas religiões, nascida em princípios do século VII, até hoje, 1400 anos depois, faz sentir sua realidade. O cientista político Samuel Phillips Huntington (1927-2008), da Universidade de Harvard, estudou detidamente o assunto, estabelecendo que civilizações diferentes tendem a entrar em conflito no que ele chamou de *linha de fratura*. Esse conceito colocou, em lados opostos, civilizações com diferenças profundas entre elas, como acontece com os cristãos e o Islã.⁶⁵

⁶⁴ Corão, 4, 73-79. In: PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: UNESP, 2000, p. 60-61. Ver também SANTOS, Armando Alexandre dos. *Dialética pró e contra as Cruzadas em documentos do Século XIII*. São Paulo: Editora Letras do Pensamento, 2015, p. 18-19.

⁶⁵ “Alguns ocidentais, dentre eles o presidente Bill Clinton, têm afirmado que o Ocidente não tem problemas com o Islã, mas apenas com os violentos extremistas fundamentalistas islâmicos. Mil e quatrocentos anos de História provam o contrário. As relações entre o Islamismo e o Cristianismo, tanto Ortodoxo como Ocidental, foram frequentemente tempestuosas. Cada um foi o Outro do outro. [...] A primeira expansão centrífuga arábico-islâmica, do início do século VII até meados do século VIII, implantou o domínio muçulmano no Norte da África, na Ibéria, no Oriente Médio, na Pérsia e na Índia Setentrional. Durante cerca de dois séculos, as linhas divisórias entre o Islamismo e o Cristianismo ficaram estabilizadas. Depois, no final do século XI, os cristãos restabeleceram seu controle do Mediterrâneo ocidental, conquistaram a Sicília e capturaram Toledo. Em 1095, a Cristandade lançou as Cruzadas e, durante um século e meio, potentados cristãos tentaram, com êxito decrescente, estabelecer a autoridade cristã na Terra Santa e nas áreas adjacentes do Oriente Próximo, perdendo São João d'Acre, seu último ponto de apoio nesta região, em 1291”.

O choque entre cristãos e o Islã ocorreu primeiramente no Oriente Médio. Quando Maomé morreu, no ano de 632, sua religião já dominava praticamente toda a Arábia; entre 632 e 661, os Califas, sucessores e continuadores do Profeta, e depois deles os Omíadas (661-759), submeteram pela força a Palestina, a Mesopotâmia e todo o norte da África, onde o cristianismo se encontrava havia muito tempo solidamente estabelecido, com centenas de bispados ativos. Os islamitas invadiram a Península Ibérica em 711, dominaram-na quase completamente e investiram contra a Gália, onde foram contidos por Carlos Martel, na Batalha de Poitiers (732)⁶⁶. Atacaram Roma em 846 onde profanaram os túmulos de São Pedro e São Paulo (duzentos e cinquenta anos antes das Cruzadas). O Papa Leão IV conclamou os francos a lutarem contra o Islã e proclamou indulgências contra os muçulmanos. João X liderou um exército pessoalmente contra o Islã em 815.⁶⁷

Todos esses fatos são muito anteriores às Cruzadas, mas foi nestas que o choque de civilizações se tornou mais claro, pela reação violenta cristã que, pela primeira vez mais, deixou de ser meramente defensiva e partiu para um contra-ataque. Entre o final do século XI e o ano de 1270 ocorreram várias cruzadas, oito ao todo. A primeira Cruzada se deu a partir de 1095, atendendo a uma convocação do Papa Beato Urbano II, que no *Concílio de Clermont-Ferrand* exortou os príncipes cristãos a partirem em defesa do Santo Sepulcro e concedeu bênçãos e indulgências aos que atendessem a esse apelo. Suas palavras ressoaram muito além de Clermont-Ferrand, por meio de bispos, senhores feudais e do pregador Pedro, *o Eremita*.⁶⁸

A primeira convocação de Urbano II foi proferida em 25 de novembro de 1095, no concílio que então se realizava em Clermont-Ferrand, com a participação de 250 (duzentos e cinquenta) bispos. A Sé Pontifícia, nesse momento histórico, estava ocupada por um antipapa, apoiado pelo imperador germânico. Por causa disso, o concílio foi realizado em território francês.⁶⁹

O papa Urbano II era um exímio pregador e tinha uma capacidade de comover e mobilizar um vasto público através de suas pregações em nome de uma operação

HUNTINGTON, Samuel Phillips. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996, p. 262.

⁶⁶ SANTOS, Armando Alexandre dos, *op. cit.*, p. 19.

⁶⁷ PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa, *op. cit.*

⁶⁸ CHAVES, Thiago de Souza Ribeiro. *Urbano II em Clermont-Ferrand: A pregação da Primeira Cruzada*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2015.

⁶⁹ ARAÚJO, Silvalino Ferreira de, *op. cit.*



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30* (2020/1)

War and Disease in Antiquity and the Middle Ages

Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media

Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana

Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

militar que, saindo em socorro do império bizantino para ajudar os cristãos do Oriente submetidos aos turcos, chegasse até Jerusalém para lá libertar o Sepulcro de Cristo. Os cruzados, guerreiros cristãos, passaram à condição de peregrinos.⁷⁰

A cruzada foi a guerra santa por excelência. Uma operação militar sacralizada, pregada por um papa romano, conseguia não só proteger ou aumentar a influência da Igreja, mas também retomar alguns territórios dos chamados pagãos muçulmanos, cujas terras outrora haviam sido dos cristãos; libertar algumas regiões da Espanha ou de outros lugares; reconquistar Jerusalém, o Sepulcro de Cristo; e expulsar os muçulmanos que ameaçavam cada vez mais o Império Romano do Oriente, sediado em Constantinopla.⁷¹

O início das Cruzadas, fomentado por Urbano II, colocou em termos justificados a organização de esforços para a reconquista de Jerusalém. A agressão sobre o mundo cristão partiu dos muçulmanos, não o contrário. Até aquele momento a Igreja lutara para subjugar as heresias, ou seja, desvios, de suas próprias fileiras, e os príncipes cristãos se limitaram a lutar defensivamente contra agressões localizadas por parte do Islã. A partir dessa pregação do papa, a luta passou a ser sobre uma religião agressora da Cristandade entendida como um todo.

Conclusão

O uso da força passou a ser o recurso necessário para revidar os ataques do Islã contra o Ocidente católico. Apenas a força seria capaz de demover as forças seguidoras do Profeta de suas ideias de conquista de uma Europa sob a força da Igreja e do Oriente sob o Império Bizantino.

O Cristianismo buscou a conversão, basicamente, por meio de missionários. O Islã, ao contrário, levou a palavra do Profeta por meio da força. Esse braço armado do islamismo não se restringiu às lutas do Profeta em sua terra natal, mas se expandiu pela África e pela Europa. Com a escravização de muitos dos capturados nesse avanço.

As Cruzadas não se iniciaram quando as forças do Islã se apoderaram violentamente, no início do século VII, da cidade santa de Jerusalém, que àquela altura já era pacificamente uma cidade cristã havia mais de 300 anos. Ou seja, não foi a mera

⁷⁰ ARAÚJO, Silvalino Ferreira de, *op. cit.*

⁷¹ ARAÚJO, Silvalino Ferreira de, *op. cit.*



reconquista de Jerusalém que motivou as forças europeias para empreender um ataque maciço ao Islã por meio das Cruzadas. Esse ataque somente ocorreu muito mais tarde, quando chegaram a um ponto considerado insuportável as conquistas e agressões islâmicas sobre as terras da Europa.

Por fim, os esforços de partir para a Terra Santa tiveram as exortações de quem tinha direito temporal e religioso de fazê-las: autoridade dos líderes feudais e do Papa. Embora a própria Igreja estivesse dividida em seu próprio Cisma, o discurso de Urbano II não encontrou oposição, mas, ao contrário, cresceu com a divulgação de suas palavras proferidas em Clermont-Ferrand.

Bibliografia

- ABU-HARB, I.A. *Um Breve Guia Ilustrado para Compreender o Islã*. São Paulo: Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, 2008.
- AL-SHEBA, Abdurrahman. *Muhammad, o Mensageiro de Deus*. São Paulo: Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, 2007.
- ARBELÁEZ HERRERA, Angela María. “La noción de la guerra justa: Algunos planteamientos actuales”. In: *Analecta política*, vol. 1, n. 2. Medellín, Colombia, Enero-junio 2012.
- ARISTÓTELES. *A Ética a Nicômaco*. São Paulo: Ediouro, 1987.
- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martin Claret Editora, 2006.
- AZEVEDO JÚNIOR, Padre Paulo Ricardo. [Dar a outra face](#). *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Editora Universidade de Brasília, 1983.
- BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. *Bellum Iustum em diferentes perspectivas*. Rio de Janeiro, 2011.
- CARNEIRO, Pedro Erik. *Teoria e Tradição da Guerra Justa: Do Império Romano ao Estado Islâmico*. Campinas/São Paulo: Vide Editorial, 2016.
- [Centro Cultural Benéfico Árabe Islâmico de Foz do Iguaçu](#).
- CHAVES, Thiago de Souza Ribeiro. Urbano II em Clermont-Ferrand: A pregação da Primeira Cruzada. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2015.
- Constituição da República Federativa do Brasil*, 1969.
- Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.
- COSTA, Ricardo da, SANTOS, Armando Alexandre dos. “[O pensamento de Santo Tomás de Aquino \(1225-1274\) sobre a vida militar, a guerra justa e as ordens militares de cavalaria](#)”. In: BLASCO VALLÈS, Almudena, e COSTA, Ricardo da (coord.). *Mirabilia 10. A Idade Média e as Cruzadas – La Edad Media y las Cruzadas – The Middle Ages and the Crusades*, Jan-Jun 2010, p. 145-157.
- DUFAUR, Luis Eduardo. “[São João Damasceno: Doutor da Igreja explica erros do Islã](#)”. In: *As Cruzadas*.
- GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30* (2020/1)
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

- HUNTINGTON, Samuel Phillips. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996.
- JOÃO PAULO II. *Catecismo da Igreja Católica*. Vaticano: Edição Típica Vaticana, 1997.
- LOPES, Augustus Nicodemus. [Islamismo](#).
- MARINHA DO BRASIL. [Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais](#).
- MELLO, Paulo Lima. “Um sonho não nasce da noite para o dia”. In: FRAZÃO, Felipe. *O Livro da Capa Azul*. Editora Cube dos Autores, 2019.
- PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa. *As teorias das guerras preventivas e as relações internacionais*. Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: UNESP, 2000.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.
- PROFILLET, Abbé Charles. *Les Saints militaires. Martyrologe, vies et notices*. Paris: Retaux-Bray, 1890, 6 vols.
- RODRIGO PEREIRA DA SILVA. “[Por que Deus mandou matar?](#)”. In: Programa Evidências.
- ROSLER, Andrés. “Aristóteles sobre la guerra: un discurso olvidado”. In: *El Arco y la Lira. Tensiones y Debates*, 4º (2016), p. 45-54.
- SANTO TOMÁS DE AQUINO. *Suma contra os Gentios*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1980.
- SANTO TOMÁS DE AQUINO. [De Rationibus Fidei](#).
- SANTOS, Armando Alexandre dos. *Dialética pró e contra as Cruzadas em documentos do Século XIII*. São Paulo: Editora Letras do Pensamento, 2015.
- SANTOS, Paulo Vinicius Figueiredo dos. *A ideia de guerra justa no Contra Fausto Manichaem de Agostinho de Hipona (354-430)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2012.
- SOUSA, Rodrigo Franklin de. “A Legitimação da Guerra no discurso Ético e Político de Santo Agostinho”. In: *Ciências da Religião – História e Sociedade*, v. 9, n. 1. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.
- SPALDING, Tassilo Orpheu. *Dicionário de mitologia latina*. São Paulo: Cultrix, 1993.